



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

The background of the cover is a close-up photograph of a wooden surface with a vertical grain. A thick, braided rope, composed of light and dark grey strands, runs vertically down the center of the image. The rope is intricately woven, creating a complex pattern of light and dark bands. The lighting is soft, highlighting the texture of the wood and the rope. A dark grey curved shape is positioned in the upper left, containing the author's name. Another dark grey curved shape is in the lower right, containing the title and publisher information.

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A185 Ações e implicação para a (ex) inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-17-1

DOI 10.22533/at.ed.171200403

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O que significa “educar”? Para muitos autores no campo da Educação sua forma e aplicação é de diferentes maneiras, na compreensão dos diversos processos que envolvem a aprendizagem, o ensino, a transmissão, a socialização. Sabemos que a educação não se dá apenas na escola – instituição que segue um certo tipo de comunicação e de relação com a autoridade (escolar) preocupada com as possibilidades de progressão linear de estudantes (de uma classe para outra). Passar por novas experiências na forma de aprender-e-ensinar, experiências pluridirecionais de transmissão, não apenas naquela tradicional de professor-aluno, sendo o aluno um receptáculo, a incorporação de outros saberes ao currículo, dinâmicas contemporâneas de processos educativos são alguns temas que têm mobilizado pesquisas no campo da Educação. Este e-book “Ações e Implicação para a (Ex) Inclusão 2”, dedicado ao tema “Educação e questões de como se organiza em torno de reflexões acerca do fazer científico e da relação entre dois campos Exclusão e Inclusão. Os artigos aqui reunidos fazem pensar sobre o lugar que assume o método e os pressupostos epistemológicos na produção das questões que envolvem objetos que tocam aos dois campos tanto na perspectiva da interação/aproximação, quanto na perspectiva das fronteiras teórico-conceituais. Discutem, em diferentes perspectivas, como a (Ex) Inclusão e a suas diferentes abordagens constituem importantes aportes teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento fundado na transformação de formas de investigação e de outras possibilidades de enunciação. As experiências de campo, pesquisas originais desenvolvidas em diferentes contextos sobre processos educativos/culturais diversos, nos convida a refletir sobre o que o conhecimento “aproximado” da realidade pode nos revelar sobre o Outro e sobre Nós mesmos.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em Ações e Implicação para a (Ex)Inclusão 2.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR PARA POTENCIALIZAR O PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Fabiane Araujo Chaves Thacio Azevedo Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.1712004031	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Edivaldo Lubavem Pereira Eduardo Gonzaga Bett	
DOI 10.22533/at.ed.1712004032	
CAPÍTULO 3	24
A REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ivan de Oliveira Silva Silvia Carbone Denise de Almeida Robson Paz Vieira Franklin Portela Correia	
DOI 10.22533/at.ed.1712004033	
CAPÍTULO 4	32
A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DO NOME SOCIAL POR ALUNOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS MENORES DE IDADE	
Cilene Angelica Peres	
DOI 10.22533/at.ed.1712004034	
CAPÍTULO 5	53
ALUNOS COM AUTISMO O RECONHECIMENTO DE SUAS IDENTIDADES NA CONCEPÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	
Marco Antonio Serra Viegas	
DOI 10.22533/at.ed.1712004035	
CAPÍTULO 6	65
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Sonia Ribeiro de Lima Solange de Castro Elisabeth Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.1712004036	
CAPÍTULO 7	74
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO	
Silvia Raquel Schreiber Boniati Idorlene da Silva Hoepers	

CAPÍTULO 8 87

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: VIVENCIANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Judith Mara de Souza Almeida

Luana Tillmann

DOI 10.22533/at.ed.1712004038

CAPÍTULO 9 95

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTADO AOS ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM

Patrícia Siqueira dos Santos

Eleny Brandão Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.1712004039

CAPÍTULO 10 108

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edivaldo Lubavem Pereira

Eduardo Gonzaga Bett

Piery Teza

Tatiani Fernandes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.17120040310

CAPÍTULO 11 119

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Renata Souza Vogas

Cintia Soares Romeu

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040311

CAPÍTULO 12 132

AValiação e implicações psicomotoras em estudantes com altas habilidades/superdotação

Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto

Jair Lopes Junior

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

DOI 10.22533/at.ed.17120040312

CAPÍTULO 13 140

CONCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO PAEE

Camila Elidia Messias dos Santos

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Kátia de Abreu Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.17120040313

CAPÍTULO 14 149

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Jôsi Mylena de Brito Santos
Larissa Gonçalves Moraes
João Carlos dos Santos Duarte
Natália Cristina de Almeida Azevedo
Erika da Silva Chagas
Vânia Silva de Melo

DOI 10.22533/at.ed.17120040314

CAPÍTULO 15 160

ENTRE ATOS E FATOS: DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A CONSCIENTIZAÇÃO HUMANÍSTICA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Isadora Polvani Barbosa
Lucy Verônica Mendes Garcia David
Marcio Roberto Ghizzo

DOI 10.22533/at.ed.17120040315

CAPÍTULO 16 169

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NUMA ESCOLA DO CAMPO: APRENDIZADOS E DESENVOLVIMENTOS MÚTUOS

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040316

CAPÍTULO 17 178

DO PIQUE PEGA ÀS GARGALHADAS: APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS

Lívia Mello Lopes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.17120040317

CAPÍTULO 18 189

INCLUSÃO E PERTENCIMENTO: APROPRIAÇÕES DE HISTÓRIAS EM UM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040318

CAPÍTULO 19 201

POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cláudia Terra do Nascimento Paz
Cláudia Medianeira Alves Ziegler

DOI 10.22533/at.ed.17120040319

CAPÍTULO 20 211

PARATY: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Waleska Souto Maia

Mariana Roque Lins da Silva
Erica Silvani Souza
Isabel Rodrigues Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.17120040320

CAPÍTULO 21 220

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLA E PESQUEIRA

Mequias Pereira de Oliveira
Odinilton Pacheco de Deus
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.17120040321

CAPÍTULO 22 234

CONCEPÇÕES DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS PAIS ACERCA DAS DEFICIÊNCIAS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Marcelo Marques de Araujo
Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo
Isabel Lopes Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040322

CAPÍTULO 23 248

AMARRAS E ARMADILHAS DO CURTA DE ANIMAÇÃO *CUERDAS*

Lidnei Ventura
Simone De Mamann Ferreira
Klalter Bez Fontana

DOI 10.22533/at.ed.17120040323

CAPÍTULO 24 258

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INCLUSÃO DE SURDOS NA UNIVERSIDADE A PARTIR DO EVENTO ARTES & LIBRAS EM CICLO

Natália Schleder Rigo
Bianca de Oliveira
Érica Caléfi

DOI 10.22533/at.ed.17120040324

CAPÍTULO 25 276

EDUCAÇÃO SEXUAL: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A (EX)INCLUSÃO DA SEXUALIDADE, DO CORPO E DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza De Souza Fernandes
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.17120040325

SOBRE A ORGANIZADORA.....	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 02/11/2019

Cláudia Terra do Nascimento Paz

Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

Farroupilha - RS

claudia.paz@farroupilha.ifrs.edu.br

<<http://lattes.cnpq.br/7396663493771975>>

Cláudia Medianeira Alves Ziegler

Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

Farroupilha - RS

claudia.ziegler@farroupilha.ifrs.edu.br

<<http://lattes.cnpq.br/3724299506933576>>

RESUMO: Este relato de experiência objetiva visibilizar as ações desenvolvidas rumo à institucionalização do Atendimento Educacional Especializado no IFRS. O Instituto prevê reserva de vagas para o ingresso de alunos com necessidades educacionais específicas. Apesar do direito de ingresso, ainda está-se lutando pelas garantias legais à permanência desses alunos. Inicialmente, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) surgiram como garantia à educação inclusiva. No entanto, o que se observa é que, por vários motivos, tais expectativas acabam frustradas. A exemplo disso, temos o Atendimento Educacional Especializado, que ainda não

foi institucionalizado. Como possibilidade, no Campus Farroupilha, está-se desenvolvendo ações que poderão servir de base para esse intento. Rumo à institucionalização, fundamentamo-nos na legislação vigente (Lei 9.394/1996; Lei 13.409/2016; Decreto 7.611/2011) e em autores, tais como Mantoan (2007); Moysés (2014); Marchesi e Pérez (2004). Tais ações iniciaram através de um projeto de ensino, prevendo o atendimento especializado aos alunos. Em 2019, passou-se a desenvolver os atendimentos através de um curso de extensão, com matrícula no contra turno e cômputo da carga horária docente. Os atendimentos são individualizados, realizados por professora efetiva, com formação específica, através da metodologia do estudo de caso. Como resultados temos garantido no Campus um espaço de acolhimento e atendimento aos alunos, bem como a visibilização da importância do Atendimento Educacional Especializado na Instituição, iniciando um movimento em prol da institucionalização do mesmo, internamente.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado; Educação inclusiva; Educação profissional, técnica e tecnológica.

POSSIBILITY FOR THE
INSTITUTIONALIZATION OF SPECIALIZED
EDUCATIONAL CARE IN IFRS: EXPERIENCE
REPORT

ABSTRACT: This experience report aims to make visible the actions developed towards the institutionalization of Specialized Educational Assistance in IFRS. The Institute foresees reservation of places for the entrance of students with specific educational needs. Despite the right of admission, it is still fighting for the legal guarantees for the permanence of these students. Initially, the Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) emerged as a guarantee for inclusive education. However, what is observed is that, for various reasons, such expectations end up frustrated. As an example, we have Specialized Educational Care, which has not yet been institutionalized. As a possibility, at Campus Farroupilha, actions are being developed that may serve as the basis for this purpose. Towards institutionalization, we are based on current legislation (Lei 9.394/1996; Lei 13.409/2016; Decreto 7.611/2011) and authors such as Mantoan (2007); Moysés (2014); Marchesi e Pérez (2004). These actions started through a teaching project, providing specialized assistance to students. In 2019, the services began to be developed through an extension course, with enrollment in the counter shift and calculation of the teaching workload. The attendances are individualized, performed by an effective teacher, with specific training, through the case study methodology. As a result, we have guaranteed in the Campus a space for welcoming and assisting students, as well as making visible the importance of Specialized Educational Assistance in the institution, starting a movement in favor of its institutionalization, internally.

KEYWORDS: Specialized Educational Assistance; Inclusive education; Professional, technical and technological education.

1 | INICIANDO A REFLEXÃO

O IFRS é uma autarquia criada através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (BRASIL, 2008).

A presença dos *campi* em vários municípios, atendendo a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência.

A diversidade de valores e necessidades na área educacional a que se propõe, busca valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de excelência e fomentando o atendimento das demandas locais, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho.

Atualmente, o IFRS conta possui dezessete *campi*. São eles: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria encontra-se sediada no município de Bento Gonçalves.

Nesse contexto, de municípios e realidades locais tão distintas, desde sua criação o IFRS optou por destinar 5% de suas vagas para o ingresso de alunos com necessidades educacionais específicas através da reserva de vagas, tal qual propõe a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012). Atualmente, o Instituto conta com mais de 400 estudantes nessa condição. No entanto, apesar de o ingresso estar garantido, quando pensamos na permanência, a realidade é diferente, pois ainda não conseguimos institucionalizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mesmo sendo esse um dos principais dispositivos legais de garantia à educação inclusiva no país, juntamente com as adaptações curriculares.

Temos ciência de que diante do princípio constitucional do direito de educação para todos, legitimado a partir de extensa legislação que efetiva a educação inclusiva no Brasil, discussões sobre as premissas dessa educação têm sido ampliadas, apontando que é a instituição que deve adaptar-se às demandas e necessidades de aprendizagem dos alunos e não o contrário. Assim sendo, estamos em desacordo com a legislação nacional em relação ao tema.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.409 de 2016), que assegura o direito à educação dentro de um sistema inclusivo, pode ser citado, conjuntamente com a Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), como importantes legislações sobre o tema. A perspectiva da educação inclusiva prevê ainda que as possibilidades de permanência desses alunos sejam consideradas, tal qual resume a Nota Técnica nº 106 do MEC/SECADI/DPEE (MEC, 2013), que orienta a implementação da Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) trata especificamente do AEE, reafirmando sua importância enquanto garantia legal a uma educação verdadeiramente inclusiva.

Tais legislações consideram que a inclusão não implica apenas no ingresso do aluno, este já garantido pelo IFRS, através de reserva de vagas, mas em ações que se revertam na permanência desses estudantes na Instituição, até a diplomação. A inexistência do AEE impacta, portanto, na ausência de atendimento pedagógico específico aos estudantes e auxílio especializado aos docentes da sala de aula regular em seus processos de reflexão e organização das adaptações curriculares para esses alunos.

Recentemente o IFRS regrou internamente tais adaptações através da Instrução Normativa nº 12 de dezembro de 2018, a qual trata do Plano Educacional Individualizado (IFRS, 2018). No entanto, a inexistência do AEE parece impactar,

inclusive, na organização desse processo, pois embora o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas de Aprendizagem) de cada *Campus* busque auxiliar no processo de adaptação curricular aos estudantes, bem como orientar inicialmente os docentes, na maioria dos casos, tal Núcleo não conta com profissionais especializados na área da inclusão. Nesse contexto, pelo modo como tais Núcleos estão constituídos e pelas necessidades que se impõem, torna-se cada vez mais necessário haver profissionais capacitados nos *campi* para colaborar com o corpo docente na construção de processos educativos inclusivos.

Desta forma, a inexistência desse serviço ou de qualquer alternativa pedagógica ao mesmo implica na ausência de uma política institucional que trabalhe em prol da permanência desses estudantes, tendo como consequência imediata dificuldades institucionais na concretização até mesmo de adaptações curriculares abrangentes para esse público.

Como alternativa a esta realidade, está-se desenvolvendo junto ao Campus Farroupilha uma experiência que trata do desenvolvimento de ações pedagógicas especializadas, voltadas para alunos do IFRS, Campus Farroupilha, que possuam necessidades educacionais específicas. A partir de avaliação pedagógica inicial, as atividades são planejadas e executadas individualmente com os alunos, a partir do modelo de estudos de caso, buscando orientar a equipe de professores quanto as adaptações curriculares, elaboração de materiais didáticos e avaliativos, bem como ofertando um espaço onde os alunos possam ser acolhidos e ouvidos. Nesse contexto, este relato de experiência tem como objetivo visibilizar tais ações, que são desenvolvidas visando a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto ao IFRS.

2 | A EXPERIÊNCIA CONSTRUÍDA NO CAMPUS FARROUPILHA

Muito se discute atualmente acerca das necessidades educacionais específicas. Tenta-se, através de várias vertentes teóricas, algumas tradicionais outras críticas, chegar a um entendimento acerca dos conceitos envolvidos nessa trama, suas principais características e etiologias. Assim, para as correntes tradicionais, o aluno é o responsável único pelo seu insucesso na escola, independentemente de quaisquer fatores. Já para as correntes críticas, a escola e o ensino devem estar acrescidos na equação que tenta desvendar esse fenômeno (MARCHESI e PÉREZ, 2004).

Uma das pesquisadoras mais conhecidas no meio acadêmico brasileiro a questionar a perspectiva tradicional de entendimento foi Maria Helena de Souza Patto, que no final da década de 1980 lançou a obra “A Produção do Fracasso Escolar”, demonstrando o quanto trajetórias estudantis consideradas fracassadas, porque demarcadas por necessidades educacionais específicas, explicadas até

então como fenômenos individuais, poderiam ser produzidas institucionalmente. Para tanto, Patto (1999) fez uma revisão crítica da literatura sobre as causas das desigualdades educacionais na sociedade brasileira e analisou as raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar, partindo do pressuposto de que um modelo positivista de produção de conhecimento não consegue explicar a complexidade da escola (PATTO, 1999).

Em nosso entendimento, estudantes com necessidades educacionais específicas são aqueles que passam a ser considerados especiais porque exigem respostas educacionais específicas e adequadas às suas necessidades individuais (CRUZ, 2009). Nesse sentido, concordamos com Mantoan (2007) de que é a escola que deve adaptar-se às diferenças e não o contrário, proporcionando a todos os alunos condições favoráveis ao processo de aprendizagem, em iguais condições. Esta compreensão parece ser de difícil entendimento e execução dentro das instituições de ensino e foi justamente o que Patto (1999) encontrou em suas pesquisas.

Uma das explicações possíveis para essa realidade, talvez seja o fato de que, de acordo com Moysés (2014), as necessidades educacionais específicas foram transformadas em doença na escola, seja pelos interesses de funcionamento da ciência, seja pela incompetência que temos em trabalhar com a diferença, nesse caso, com a diferença no processo de aprendizagem. Muitas vezes, esses são sujeitos marcados pela reprovação e pelo preconceito em circulação na sociedade e na própria escola.

Como afirma a autora, esses são sujeitos que “conquistaram o direito de entrar pelos portões da escola, mas ainda não conseguiram, apesar de toda sua resistência, de sua teimosia em querer aprender, derrotar o caráter excludente da escola brasileira” (MOYSÉS, 2014, p. 09). Nesse sentido, parece haver uma invisibilidade desses alunos, que não são considerados nos planejamentos de ensino e avaliativos.

Buscando trazer essa temática para o mundo visível, o projeto de ensino desenvolvido no Campus Farroupilha busca subsidiar o exercício da docência numa perspectiva inclusiva, objetivando conhecer e auxiliar os alunos em suas dificuldades e potencialidades, oportunizando aos mesmos um momento de desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e metacognitivas, bem como ofertando um espaço onde os alunos possam ser acolhidos e ouvidos em suas necessidades de aprendizagem.

O referido projeto, além de trazer uma opção de trabalho e aporte pedagógico especial para alunos com necessidades educacionais específicas, possibilita o aprofundamento de estudos acerca das temáticas da educação inclusiva, constituindo-se em um momento importante para a consolidação de ações desse tipo no IFRS. Também auxilia a equipe de professores nas suas ações didático-pedagógicas, na medida em que subsidia possíveis adaptações curriculares, bem como elaboração de materiais didáticos e avaliativos.

No ano de 2019, o projeto de ensino foi transformado em curso de extensão, buscando-se dar mais um passo em direção à institucionalização do AEE na Instituição. Com esta nova configuração, os alunos foram matriculados no curso, junto ao SISTEC, bem como junto ao sistema acadêmico do campus. Graças a esses registros, os alunos têm dupla matrícula e a carga horária docente está sendo computada como hora-aula, um grande passo rumo à institucionalização das atividades.

3 | METODOLOGIA: O ESTUDO DE CASO

O trabalho apresentado caracteriza-se pelo desenvolvimento de atendimento pedagógico especializado, dirigido caso a caso, a partir das demandas e necessidades vivenciadas pelos sujeitos que participam do mesmo, com necessidades educacionais específicas. Assim, os sujeitos desta ação são os estudantes do próprio IFRS, especificamente do Campus Farroupilha, que apresentarem necessidades educacionais específicas.

Nesse sentido, as ações são planejadas e desenvolvidas a partir da metodologia do estudo de caso. O estudo de caso é um método qualitativo que consiste em uma forma de aprofundar a análise de uma unidade individual. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende analisar em profundidade uma situação específica, em seu contexto. De acordo com Ponte (2006, p. 2):

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

Essa abordagem metodológica é adequada quando procuramos compreender e descrever contextos complexos, nos quais estão envolvidos diversos fatores. Yin (2001) afirma que essa abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas de ensino-aprendizagem. Neste caso específico, serve como horizonte metodológico, para a compreensão de demandas, planejamento e execução de ações pedagógicas especializadas voltadas para cada estudante, em suas especificidades de aprendizagem.

Cabe ressaltar que o planejamento e a execução dos atendimentos são elaborados e estudados caso a caso, conforme a demanda de aprendizagem específica de cada estudante. Esses estudantes são indicados para participação a partir de seu ingresso na Instituição, quando este se der pela reserva de vagas ou seguindo fluxo institucional definido no ano de 2017, junto à Direção de Ensino do

Campus.

Cada aluno participante tem ciência e assinatura da família do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os atendimentos ocorrem uma vez por semana para cada estudante, individualmente, no contra turno de suas atividades escolares regulares, com professora efetiva do Campus, que possui formação específica para esta atuação.

Inicialmente se procede à realização de avaliação pedagógica especializada, buscando-se alcançar o máximo de conhecimentos possível acerca de como cada aluno aprende, suas potencialidades e também dificuldades nesse processo. No momento seguinte, orientam-se os professores da sala de aula regular, quanto às necessidades de adaptações curriculares e procedem-se aos atendimentos semanais individualizados, buscando-se colaborar com o processo de aprendizagem dos estudantes. Até o momento já foram atendidos, desde o ano de 2017, cerca de 18 estudantes de cursos de nível médio, com os mais variados quadros: autismo, deficiência intelectual, deficiência física, discalculia, TDA/H, dentre outros.

4 | PRINCIPAIS RESULTADOS: OS AVANÇOS OBTIDOS ATÉ O MOMENTO

Os principais avanços obtidos até o momento, graças a visibilização da necessidade de institucionalização do AEE, relacionam-se a ações institucionais que estão sendo gestadas em parceria com a Reitoria do IFRS. As principais são:

- Estudo para utilização de códigos de vagas docentes para professor de AEE, associado ao estudo para cômputo de carga horária docente para esse profissional;
- Encaminhamento para aprovação, nas diversas instâncias institucionais, de um projeto piloto para realização de AEE, a ser desenvolvido em um Campus específico do Instituto, tornando o Campus escolhido enquanto referência institucional em AEE e em capacitação sobre o tema, através da construção e desenvolvimento de uma proposta de institucionalização que possa ser replicada em outros *Campi*.

Especialmente este último ponto, merece detalhamento em relação às ações que deverão ser desenvolvidas, no projeto piloto a ser construído em um Campus específico do Instituto:

- Auxiliar a Pró-reitoria de Ensino na elaboração de critérios para distribuição de vagas docentes de AEE, bem como na elaboração dos requisitos mínimos para o edital de contratação desses docentes.
- Elaborar possibilidade de registro de carga horária docente em AEE, junto com a Pró-reitoria de Ensino, considerando que o AEE deve ser desenvolvido por docente especialista. A identificação do profissional que atua no AEE

como sendo um professor é feita na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que traz em seu texto a figura do professor para designar esse profissional, relacionando, inclusive, sua formação específica para tal atuação. Também a Resolução CNE/CEB nº 04 de 2009 (MEC, 2009), no Art. 12, remete-se à figura do professor, para se referir ao profissional que atua no AEE.

Acrescentar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Nível Médio o AEE, garantindo sua institucionalização. Essa demanda está expressa na LDB (BRASIL, 1996), no Art. 12, o qual define que, entre as atribuições de uma instituição de ensino está “elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Além da LDB, essa demanda também está expressa na Resolução CNE/CEB nº 04 de 2009 (MEC, 2009), em seu Art. 10, que afirma que o Projeto Político Pedagógico deve institucionalizar a oferta do AEE. Também o Decreto nº 7611 de 2011 (BRASIL, 2011), Art. 2º, que rege o AEE, faz essa previsão, afirmando que “o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola”.

Estudar e implementar uma proposta que dê conta da realidade da educação superior, que é desenvolvida junto ao IFRS, oportunizando aos alunos deste nível de ensino, um modelo que garanta a escuta desses estudantes em suas demandas e expectativas, bem como que auxilie os professores da sala de aula regular em suas propostas de adaptações curriculares, através de avaliações especializadas dos processos de aprendizagem e das necessidades de acessibilidade dos estudantes.

Elaborar projeto para organização da Sala de Recursos Multifuncional (SRM), a qual deve ter espaço próprio e contemplar infraestrutura mínima para a realização de atendimentos individuais e em pequenos grupos, bem como dar conta da demanda específica de materiais didáticos adaptados para o ensino médio, tais como Objetos de Aprendizagem já disponíveis e Aplicativos Adaptados, voltados para o ensino médio, construindo um banco virtual de material digital para o *Campus*, o qual poderá, inclusive, auxiliar nas adaptações curriculares dos professores da sala de aula regular.

Elaborar o Plano de AEE do Campus, o qual deverá contemplar os elementos considerados indispensáveis pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de modo que sirva de sugestão para os demais *Campi*.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de visibilização da necessidade de institucionalização do AEE em nossa Instituição de Ensino, tem-se a ciência de que o mesmo vem sendo cumprido em nosso fazer cotidiano, através de cada atendimento realizado, de

cada componente curricular ministrado, de cada evento em que nossa atuação é visibilizada.

Temos a convicção de que o AEE é resposta institucional significativa em prol de uma educação verdadeiramente inclusiva no IFRS, tal qual pontam nossos princípios institucionais. E, como consequência última desta ação, o IFRS poderá, finalmente, pensar em uma política institucional sólida de inclusão, a partir de uma perspectiva crítica de entendimento.

Crítica porque deve permanecer como um horizonte aberto de possibilidades para entendimento dos desafios reais que interferem nos processos de aprendizagem dos sujeitos humanos e, ao invés de olhar para as necessidades educacionais específicas, dedicando aos estudantes toda a responsabilidade neste processo, faríamos a opção consciente de olhar para esse fenômeno a partir de outro lugar, buscando entender as trajetórias dos estudantes em nossa Instituição.

E para finalizar este relato, em relação as nossas expectativas para o futuro próximo, podemos afirmar que, diante da perspectiva da aprovação do projeto piloto encaminhado, estamos otimistas, aguardando a oportunidade de fazermos a diferença em nossa instituição de ensino, em prol do princípio consittucional do direito de todos à educação. As sementes deste projeto já foram plantadas e temos certeza de que estão germinando em terra fértil!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

CRUZ, Vítor. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**. Lidel, Portugal: 2009.

IFRS. **Instrução Normativa nº 12 de 21 de dezembro de 2018**. Regulamenta os fluxos e procedimentos do PEI no IFRS. IFRS, Pró-Reitoria de Ensino: Bento Gonçalves, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed., São Paulo: Moderna, 2007.

MARCHESI, Á.; PÉREZ, C. H. G. **Fracasso Escolar**: uma perspectiva multicultural. Porto alegre: Artmed, 2004.

MEC. **Nota Técnica MEC/SECADI nº 106 de 19 de agosto de 2013**. Orienta a Implementação da Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. MEC/SECADI: Brasília, 2013.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI: Brasília, 2008.

MEC. **Resolução CNE/CEB nº 04 de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 2009.

MOYSÉS, M. A. A. **A Institucionalização Invisível**: crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas, 2ª ed., Mercado das Letras: 2014.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PONTE, J. P. **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema: 2006.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A inclusão escolar 1, 11, 16, 17, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 50, 64, 68, 116, 117, 147, 148, 234, 235, 245
Altas habilidades/superdotação 89, 90, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141
Ambiente de escolarização 189
Aprendizados 169, 178, 179, 181, 186
Artes 23, 102, 132, 134, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 285, 291
Atendimento educacional especializado 10, 41, 53, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 119, 121, 131, 147, 151, 201, 203, 204, 209, 210, 224, 229, 233
Atendimento pedagógico domiciliar 119, 120, 130, 131
Autismo 53, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 80, 153, 207
Avaliação 77, 85, 93, 95, 99, 102, 103, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 147, 148, 152, 153, 160, 173, 204, 233

C

Comunidades quilombola 220, 225, 231
Corpo 4, 39, 81, 85, 133, 139, 161, 164, 167, 175, 204, 217, 265, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299

D

Deficiência intelectual 11, 15, 17, 19, 20, 22, 64, 73, 153, 154, 207, 226, 233, 236
Deficiência visual 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 88, 91, 232, 238, 242
Desenho universal 53, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 146, 147, 148

E

Educação ambiental 149, 150, 151, 152, 158, 159
Educação decolonial 211, 212
Educação no brasil 24, 25
Educação sexual 47, 163, 168, 246, 247, 276, 278, 296, 298, 300
Ensino fundamental 11, 15, 26, 77, 108, 109, 115, 116, 142, 148, 178, 184, 195, 211, 221, 232, 236, 297
Escola do campo 169, 172, 177
Escolarização 47, 59, 130, 140, 141, 147, 175, 177, 189, 192, 199, 220, 221, 223, 228, 229, 232
Étnico-racial 117, 160, 168
Exclusão 1, 18, 24, 29, 33, 34, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 67, 78, 79, 82, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 174, 175, 191, 231, 247, 276

G

Gênero 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 115, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 175, 190, 250, 270, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Gestão escolar 108, 109, 110, 114, 116, 140

Gestores 17, 111, 116, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 220, 231

H

Humanística 160

I

Identidades 7, 26, 53, 57, 61, 62, 71, 168, 288, 294, 297, 298, 299

Inclusão de surdos 105, 258, 261

Inclusão escolar 1, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 94, 95, 116, 117, 128, 135, 140, 142, 143, 147, 148, 184, 187, 188, 190, 194, 200, 209, 220, 221, 225, 232, 233, 234, 235, 245

Inclusão social 4, 22, 37, 60, 108, 109, 110, 116, 129, 148, 149, 151, 174, 175, 200, 225

Institucionalização 25, 114, 118, 201, 204, 206, 207, 208, 210, 251

L

Libras 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 244, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

Linguística 101, 106, 244, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 271, 275

M

Mediador escolar 1, 6, 7

N

Necessidades especiais 13, 14, 16, 18, 21, 22, 71, 72, 116, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 185, 191, 236, 246

Nome social 32, 34, 48, 50, 51, 52

P

Pae 140, 141, 142, 146, 147

Pertencimento 27, 54, 57, 61, 189, 199, 216

Política 6, 7, 9, 25, 28, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 73, 75, 76, 78, 85, 89, 93, 95, 97, 98, 105, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 187, 191, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 218, 225, 229, 231, 232, 246, 261, 266, 271, 275, 288, 297

Processo de brincar 1, 8

Psicologia escolar 52, 169, 170, 171, 172, 177, 189, 194, 195, 199, 200

Psicologia histórico-cultural 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 169, 177

R

Rede de ensino básico 87

S

Sexualidade 39, 47, 51, 239, 240, 241, 247, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 287, 288, 289, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300

Superior 13, 26, 29, 30, 73, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 111, 115, 134, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 202, 208, 209, 218, 242, 259, 262, 270, 275, 280, 292

T

Técnico e tecnológico 87

Tecnologias assistivas 9, 53, 54, 92, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233

Transexuais 32, 34, 37, 50, 51, 52

Travestis 32, 34, 37, 50, 51, 52

U

Universidade 1, 11, 24, 31, 65, 73, 95, 108, 117, 118, 119, 132, 136, 139, 140, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 183, 189, 200, 220, 222, 232, 233, 234, 246, 247, 248, 258, 259, 261, 262, 263, 270, 275, 296, 300

 **Atena**
Editora

2 0 2 0